

O que se passa
na cabeça
dos cachorros



e outras aventuras

MALCOLM
GLADWELL

autor de Fora de série e O ponto da virada



SEXTANTE

O MENDIGO DE
I MILHÃO DE DÓLARES

*Por que problemas como o dos
sem-teto podem ser mais fáceis
de solucionar do que de gerenciar*

1.

Murray Barr era um homem forte, ex-fuzileiro naval, 1,80m de altura, e, quando caía – o que acontecia quase todo dia –, podiam ser necessários dois ou três homens robustos para reerguê-lo. Tinha cabelos pretos lisos e pele azeitonada. Nas ruas, era chamado de Smokey (“policial”, na gíria). Faltavam-lhe quase todos os dentes. Tinha um sorriso maravilhoso. Todo mundo adorava Murray.

Sua bebida favorita era vodca. Chamava-a de “mijo de cavalo”. Nas ruas do centro de Reno, em Nevada, onde morava, podia comprar uma garrafa de 250ml de vodca barata por US\$1,50. Se tivesse grana, podia optar pela garrafa de 750ml, e se estivesse duro, podia fazer o que muitos outros sem-teto de Reno faziam: percorrer os cassinos e esvaziar os copos semivazios de bebida deixados nas mesas de jogos.

“Se estivesse fazendo o circuito dos cassinos, poderíamos recolhê-lo várias vezes ao dia”, contou Patrick O’Bryan, policial que trabalha de bicicleta no centro de Reno. “E ele fazia uns circuitos incríveis. Era recolhido, desintoxicado, liberado umas horas depois, e começava tudo de novo. São muitos os sujeitos

que vivem nas ruas bebendo e que ficam furiosos. Eles são rudes, violentos e agressivos. Murray era um sujeito tão legal e tinha tamanho senso de humor que de algum modo sua atitude não nos incomodava. Mesmo quando se tornava agressivo, dizíamos: ‘Murray, você sabe que adora a gente’, e ele respondia: ‘Eu sei’ – e voltava a nos xingar.”

“Sou policial há 15 anos”, disse o companheiro de O’Bryan, Steve Johns. “Recolhi Murray durante toda a minha carreira. Literalmente.”

Johns e O’Bryan imploraram a Murray que parasse de beber. Alguns anos atrás, ele foi mandado para um programa de tratamento onde ficou sob o regime equivalente à prisão domiciliar, e funcionou. Murray arrumou um emprego e deu duro. Mas aí o programa terminou. “Uma vez livre, se viu sem ninguém a quem prestar contas, e ele precisava disso”, disse O’Bryan. “Não sei se era por causa do seu passado militar. Imagino que sim. Ele era um bom cozinheiro. Certa vez, juntou mais de 6 mil dólares em economias. Compareceu ao trabalho religiosamente. Fez tudo como reza a cartilha. Eles disseram: ‘Parabéns’ e o puseram de volta nas ruas. Ele torrou aqueles 6 mil mais ou menos em uma semana.”

Às vezes, ficava embriagado demais para a cela dos bêbados na prisão e era enviado ao pronto-socorro do Centro Médico Saint Mary’s ou Washoe. Marla Johns, que era assistente social na emergência do Saint Mary’s, via-o várias vezes por semana. “A ambulância o trazia. Nós cuidávamos dele até ficar sóbrio o suficiente para ir para a prisão. Então chamávamos a polícia para apanhá-lo. Na verdade, foi assim que conheci meu marido.” Marla Johns é casada com Steve Johns.

“Murray era a única constante num ambiente que vivia mudando”, prosseguiu ela. “Ele chegava. Dava aquele sorriso desdentado. Me chamava de ‘meu anjo’. Eu entrava na sala e ele dizia, sorrindo: ‘Meu anjo, estou tão feliz de ver você.’ Trocáva-

mos umas piadas, eu pedia que ele parasse de beber e Murray achava graça. E quando passava algum tempo e ele não vinha, eu ficava preocupada e ligava para o Instituto Médico-Legal. Quando descobríamos que estava trabalhando em algum lugar, meu marido e eu íamos lá jantar. Quando meu marido e eu estávamos namorando e decidimos nos casar, ele pediu: ‘Posso ir ao casamento?’ Eu brinquei: ‘Se estiver sóbrio pode ir, pois eu não conseguiria pagar sua conta do bar.’ Quando engravidei, ele colocava a mão sobre minha barriga e abençoava o neném. Era realmente especial.”

No outono de 2003, o Departamento de Polícia de Reno começou um programa para reduzir a mendicância no centro da cidade. Saíram artigos nos jornais, e o departamento de polícia foi duramente criticado pela rádio local. A repressão à mendicância era uma agressão, disseram os críticos. Os sem-teto não estavam atrapalhando ninguém; só estavam tentando sobreviver. “Certa manhã, ouvi um programa de debates no rádio e todo mundo reclamava da polícia dizendo como aquilo era injusto”, disse O’Bryan. “E pensei: poxa, nunca vi nenhum desses críticos numa das vielas em pleno inverno em busca de corpos.” O’Bryan estava furioso. No centro de Reno, não faltava comida para os sem-teto: havia uma cozinha evangélica e serviços sociais católicos, e até o McDonald’s local alimentava os famintos. A mendicância era por bebida, e a bebida não era nem um pouco inofensiva. Ele e Johns passavam ao menos metade do seu tempo lidando com gente como Murray; acabavam sendo assistentes sociais tanto quanto policiais. E sabiam que não eram os únicos envolvidos. Quando alguém desmaiava nas ruas, os paramédicos eram chamados. Havia quatro pessoas numa ambulância, e o paciente podia permanecer no hospital vários dias, pois viver nas ruas num estado de embriaguez quase constante era uma forma certa de ficar doente. Com certeza nada daquilo saía barato.

O'Bryan e Johns ligavam para um conhecido de um serviço de ambulâncias e depois contactavam os hospitais locais. "Tínhamos três bêbados crônicos da área central, que eram detidos com mais frequência", disse O'Bryan. "Rastreamos aqueles três indivíduos por apenas um de nossos dois hospitais. Um dos sujeitos estivera na prisão antes, de modo que vivia nas ruas havia só seis meses. Naqueles seis meses, acumulara uma conta de 100 mil dólares – e isso no menor dos dois hospitais perto do centro de Reno. É razoável supor que no outro hospital a conta fosse ainda maior. Outro indivíduo viera de Portland e estava em Reno havia três meses. Naqueles três meses, acumulara uma conta de 65 mil dólares. O terceiro indivíduo tinha alguns períodos de sobriedade e acumulara uma conta de 50 mil dólares."

O primeiro deles era Murray Barr, e Johns e O'Bryan perceberam que, se você totalizasse todas as contas hospitalares dele nos 10 anos em que vivera nas ruas – além dos custos de tratamento de desintoxicação, honorários médicos e outras despesas –, veria que a conta médica de Murray Barr era uma das maiores do estado de Nevada.

"Custava 1 milhão de dólares não fazer nada no caso do Murray", disse O'Bryan.

2.

Após o espancamento do taxista negro Rodney King em 3 de março de 1991, o Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD) entrou em crise. Foi acusado de insensibilidade racial, indisciplina e violência, e acreditava-se que aqueles problemas haviam se espalhado pelas fileiras policiais. Na linguagem dos estatísticos, pensava-se que os problemas do LAPD tinham uma distribuição "normal" – que, se fosse representado num gráfico, o

resultado pareceria uma curva em sino, com um pequeno número de policiais numa extremidade da curva, um pequeno número na outra extremidade e o grosso do problema situado no meio. O pressuposto da curva em sino tornou-se tão arraigado na nossa arquitetura mental que tendemos a usá-lo automaticamente para organizar a experiência.

No entanto, quando uma comissão especial chefiada por Warren Christopher investigou o LAPD, um quadro bem diferente emergiu. Entre 1986 e 1990, foram feitas reclamações de força excessiva ou táticas impróprias contra 1.800 dos 8.500 policiais do LAPD. A grande faixa do meio não havia sido acusada de nada. Além disso, mais de 1.400 policiais foram objeto de apenas uma ou duas reclamações – e lembremos que essas denúncias não foram comprovadas, que aconteceram num período de quatro anos e que reclamações de força excessiva são um aspecto inevitável do trabalho da polícia urbana. (O Departamento de Polícia de Nova York recebe cerca de 3 mil reclamações dessas por ano.) No entanto 183 policiais tiveram 4 ou mais queixas contra eles, 44 policiais tiveram 6 ou mais queixas, 16 tiveram 8 ou mais, e 1 teve 16 queixas. Se você traçasse um gráfico dos problemas do LAPD, seu aspecto não seria o de uma curva em sino. Pareceria mais um taco de hóquei. Seguiria o que os estatísticos denominam distribuição de *lei de potência* – onde toda a atividade não está no meio, mas num dos extremos.

O relatório da Comissão Christopher retorna repetidas vezes ao que descreve como uma concentração extrema de policiais problemáticos. Um policial havia sido alvo de 13 reclamações de força excessiva, 5 outras queixas, 28 "relatórios de uso de força" (ou seja, registros internos documentados de conduta imprópria) e um uso indevido de arma de fogo. Outro recebeu 6 queixas de força excessiva, 19 outras reclamações, 10 relatórios de uso de força e 3 usos indevidos de arma de fogo. Um terceiro teve 27 relató-

rios de uso de força e um quarto teve 35. Outro possuía um arquivo cheio de reclamações por fazer coisas como “atingir um preso na parte de trás do pescoço com a coroa de uma escopeta sem nenhuma razão aparente enquanto o preso estava ajoelhado e algemado”, espancar um jovem de 13 anos e jogar um preso de uma cadeira e chutar a parte lateral e de trás de sua cabeça enquanto estava algemado e deitado de bruços.

O relatório dá a forte impressão de que, se você demitisse aqueles 44 policiais, o LAPD se tornaria de repente um departamento de polícia exemplar. Mas o relatório também sugere que o problema é mais grave do que parece, porque aqueles 44 maus policiais eram *tão* problemáticos que os mecanismos institucionais existentes para eliminar as maças podres claramente não vinham funcionando. Se você cometesse o erro de enquadrar os problemas do departamento na distribuição normal, iria propor soluções que melhorariam o desempenho do segmento do meio – como mais treinamento ou um processo de contratação melhor –, quando na verdade esse segmento não precisava de ajuda. O remédio para aquele segmento seria inócuo para os verdadeiros transgressores.

Na década de 1980, quando os sem-teto vieram à tona como um problema nacional nos Estados Unidos, o pressuposto era o de que se enquadravam numa distribuição normal: que a grande maioria dos sem-teto vivia num estado de miséria semipermanente. Esse pressuposto era desesperador: se existiam tantos sem-teto, com tantos problemas, o que poderia ser feito para ajudá-los? Então, no início da década de 1990, um jovem estudante de pós-graduação do Boston College chamado Dennis Culhane passou sete semanas morando num abrigo na Filadélfia como parte da pesquisa de sua dissertação. Alguns meses depois, retornou ao abrigo e ficou surpreso ao não encontrar ali nenhuma das pessoas com quem recentemente passara tanto tempo junto.

“Aquilo me fez perceber que a maioria daquela gente estava dando um jeito em suas vidas”, disse ele.

Culhane então criou um banco de dados – o primeiro desse tipo – para rastrear quem estava entrando no sistema de abrigos ou saindo de lá. O que ele descobriu mudou profundamente a compreensão do problema dos sem-teto. Os sem-teto não seguem uma distribuição normal. Sua distribuição segue a lei de potência. “Constatamos que 80% dos sem-teto passavam rapidamente pelos abrigos”, disse ele. “Na Filadélfia, o período mais comum que alguém passa sem moradia é de um dia. E o segundo período mais comum é de dois dias. E eles nunca retornam. Quem chega à situação de precisar dormir num abrigo tem um pensamento fixo, que é se assegurar de nunca mais precisar voltar.”

Os próximos 10% eram o que Culhane denomina usuários episódicos. Eles permaneciam às vezes até três semanas, e retornavam periodicamente, sobretudo no inverno. Eram bem jovens e costumavam ser usuários de drogas pesadas. Foram os últimos 10% – o grupo na extremidade mais remota da curva – que mais interessaram a Culhane. Tratava-se dos sem-teto crônicos, que viviam nos abrigos às vezes durante anos seguidos. Eram mais velhos. Muitos sofriam de doenças mentais ou invalidez física, e quando pensamos nos sem-teto como um problema social – as pessoas que dormem nas calçadas, esmolam com agressividade, jazem bêbadas nas soleiras das casas, se encolhem em respiradouros do metrô e debaixo de viadutos – é esse grupo que temos em mente. No início da década de 1990, o banco de dados de Culhane indicava que a cidade de Nova York possuía 250 mil pessoas que não tiveram onde morar em algum momento dos últimos cinco anos – um número surpreendentemente alto. Mas apenas cerca de 2.500 eram sem-teto *crônicos*.

Descobriu-se ainda que esse grupo custava aos sistemas de saúde e serviços sociais bem mais do que qualquer um havia pre-

visto. Culhane estima que em Nova York ao menos US\$62 milhões vinham sendo gastos por ano para abrigar apenas aqueles 2.500 sem-teto crônicos. “Estamos pagando US\$24 mil ao ano por cada uma dessas camas de abrigo”, disse Culhane. O Programa Health Care for the Homeless, um importante grupo que cuida dos sem-teto de Boston, recentemente registrou as despesas médicas de 119 sem-teto crônicos. No decorrer de cinco anos, 33 pessoas morreram e 7 outras foram enviadas para asilos, e mesmo assim o grupo registrou 18.834 visitas a salas de emergência – a um custo mínimo de US\$1.000 por visita. O Centro Médico da Universidade da Califórnia, em San Diego, acompanhou 15 alcoólatras cronicamente sem-teto e descobriu que, em 18 meses, aquelas 15 pessoas foram tratadas na emergência do hospital 417 vezes e suas contas atingiram em média US\$100 mil por pessoa. Um dos sem-teto, o equivalente em San Diego a Murray Barr, foi parar na emergência 87 vezes.

“Se é uma internação médica, deve envolver os pacientes com pneumonia grave”, disse James Dunford, diretor médico da emergência de San Diego e autor do estudo observacional. “Eles vivem bêbados, aspiram vômito, que vai parar nos pulmões, desenvolvem um abscesso pulmonar e ainda por cima ficam hipotérmicos, porque se expõem à chuva. Vão parar na unidade de tratamento intensivo com essas infecções médicas bem complicadas. Esses são os sujeitos que costumam ser atingidos por carros, ônibus e caminhões. Com frequência sofrem uma catástrofe neurocirúrgica também. Portanto estão sujeitos a simplesmente cair, arrebentar a cabeça e ter um hematoma subdural, o qual, se não for drenado, pode matá-los, e é o cara que cai e bate com a cabeça que acaba custando ao menos US\$50 mil. Nesse processo, eles sofrem de crise de abstinência e de doenças hepáticas devastadoras que apenas aumentam sua incapacidade de combater as infecções. Os problemas não têm fim. As contas de laboratório

são enormes e os enfermeiros não aguentam mais, porque veem os mesmos sujeitos voltarem várias vezes e tudo o que estamos fazendo é torná-los capazes de voltar para as ruas.”

O problema dos sem-teto é como o problema dos maus policiais do LAPD. É uma questão de uns poucos casos difíceis, o que não deixa de ser uma boa notícia, porque quando um problema está concentrado dessa forma, você pode arregañar as mangas e tentar resolvê-lo. A má notícia é que esses poucos casos difíceis são *realmente* difíceis. São bêbados caindo pelas tabelas com o fígado doente, infecções complexas e distúrbio mental. Precisam de tempo, atenção e muito dinheiro. Mas quantidades enormes já estão sendo gastas com os sem-teto crônicos, e Culhane percebeu que o montante necessário para solucionar o problema dessa gente poderia ser menor do que o que se gasta deixando que vivam nas ruas. Afinal, Murray Barr estava custando mais dólares em assistência médica do que qualquer outra pessoa no estado de Nevada. Talvez saísse mais barato oferecer-lhe um enfermeiro em horário integral e seu próprio apartamento.

O principal defensor da teoria da lei de potência dos sem-teto é Philip Mangano. Desde que foi nomeado pelo presidente Bush em 2002, ele é o diretor executivo do Conselho Interinstitucional para os Sem-teto, um grupo que supervisiona os programas de 20 agências federais. Mangano é um homem esguio, com uma cabeleira branca e uma presença magnética, que se tornou defensor dos sem-teto em Massachusetts. Está sempre na estrada, percorrendo os Estados Unidos, instruindo prefeitos e câmaras municipais sobre a forma real da curva dos sem-teto. Simplesmente manter restaurantes públicos e abrigos, ele argumenta, faz com que os sem-teto crônicos permaneçam sem-teto crônicos. Você constrói um abrigo e um restaurante público se acha que o problema dos sem-teto atinge um segmento grande e incontrolável. Mas se é um problema periférico, pode ser solucionado.

Até agora Mangano convenceu mais de 200 cidades a reavaliar radicalmente sua política em relação aos sem-teto.

“Estive há pouco tempo em St. Louis”, contou Mangano, em junho passado, quando passou por Nova York a caminho de Boise, em Idaho. “Conversei com assistentes sociais lá. Eles tinham um grupo de pessoas muito difíceis que não conseguiam atingir, não importa o que oferecessem. De modo que eu disse: ‘Peguem parte do seu dinheiro, aluguem alguns apartamentos, procurem essas pessoas, levem as chaves e digam: ‘Esta é a chave de um apartamento. Se você vier comigo agora, poderá morar lá.’” Foi o que fizeram. E uma a uma aquelas pessoas estavam indo para os apartamentos. “Nossa intenção é mudar a política em relação aos sem-teto, substituindo a velha ideia de financiar programas de assistência perpétua pelo investimento em resultados que realmente acabem com o problema.”

Mangano é um aficionado por história, um homem que adormece ouvindo os antigos discursos de Malcolm X e que ilustra suas observações com referências ao movimento dos direitos civis, ao Muro de Berlim e, principalmente, à luta contra a escravidão. “Sou um abolicionista”, diz ele. “Meu escritório em Boston fica diante do monumento ao 54º Regimento, no parque Boston Common, subindo a rua da Igreja de Park Street, onde William Lloyd Garrison exigiu a abolição imediata, e perto de onde Frederick Douglass fez seu famoso discurso no Templo Tremont. Está bem arraigado em mim que não se gerencia uma injustiça social. Você deve acabar com ela.”

3.

A velha YMCA (Associação Cristã de Moços) de Denver fica na Sixteenth Street, a leste do centro comercial. O prédio principal

é uma bonita estrutura de pedra de seis andares erguida em 1906, e ao lado fica um anexo construído na década de 1950. No térreo há uma academia de ginástica. Nos andares superiores existem centenas de apartamentos – conjugados pintados de cores fortes com micro-ondas, geladeira e ar-condicionado central – e nos últimos anos esses apartamentos têm sido administrados pela CCH – Colorado Coalition for the Homeless (Coalizão do Colorado pelos Sem-Teto), à qual pertencem.

Mesmo pelos padrões das cidades grandes, os sem-teto representam um problema grave em Denver. Os invernos são relativamente brandos, e os verões não são tão quentes quanto no vizinho Novo México ou em Utah, o que transforma a cidade em um paraíso dos indigentes. Pelas suas estimativas, a cidade possui cerca de mil pessoas cronicamente sem-teto, das quais 300 passam seu tempo no centro, ao longo do corredor de compras da Sixteenth Street ou no Parque Civic Center. Muitos comerciantes do centro temem que a presença dos sem-teto esteja afastando os clientes. Alguns quarteirões ao norte, perto do hospital, um centro de desintoxicação modesto registra 28 mil internações ao ano, muitas delas de sem-teto que desmaiaram nas ruas, seja por bebida alcoólica ou – cada vez mais – por antisséptico bucal. “Dr. Tichenor – que eles chamam de Dr. Tich – é a marca de antisséptico bucal que eles usam”, diz Roxane White, gerente dos serviços sociais da cidade. “Dá para imaginar o que isso faz aos seus intestinos.”

Dezoito meses atrás, a cidade aderiu às ideias de Mangano. Com uma mistura de verbas federais e locais, a CCH inaugurou um programa novo que até agora atraiu 106 pessoas. Está voltado para os Murray Barr de Denver, as pessoas que custam mais caro ao sistema. A CCH foi atrás daqueles que estavam há mais tempo nas ruas, com antecedentes criminais, com um problema de toxicomania ou que sofriam de doença mental. “Temos uma mulher

de 60 e poucos anos que aparenta 80”, disse Rachel Post, a diretora de tratamento de toxicomanias da CCH. (Rachel alterou alguns detalhes sobre os clientes para proteger suas identidades.) “Ela é uma alcoólatra crônica, que passa o dia tentando achar qualquer coisa para beber. Ela cai muito. Tem outra pessoa que veio para cá na primeira semana. Estava em tratamento de medicação para se livrar do vício da heroína e passou por tratamento psiquiátrico. Esteve na prisão por 11 anos, viveu nas ruas durante 3 anos depois disso e, como se isso não bastasse, tinha sopro no coração.”

A estratégia de recrutamento era tão simples como aquela que Mangano havia implementado em St. Louis: você gostaria de morar num apartamento de graça? Os inscritos recebiam um conjugado na YMCA ou um apartamento alugado para eles num prédio em outra parte da cidade, contanto que concordassem em seguir as regras do programa. No porão da YMCA, a coalizão construiu um centro de comando, dotado de 10 assistentes sociais. Cinco dias por semana, entre 8h30 e 10h, os assistentes sociais se reúnem e analisam minuciosamente a posição de todos no programa. Na parede ao redor da mesa de reuniões estão vários quadros brancos grandes, com listas de consultas médicas, datas de audiências em tribunais e esquemas de medicação. “Precisamos de uma proporção de pessoal de 1 para 10 para fazer o sistema funcionar”, disse Rachel. “Você visita as pessoas e avalia como estão se saindo em suas residências. Às vezes mantemos contato com alguém todos os dias. O ideal é estarmos em contato a cada dois dias. Temos umas 15 pessoas com quem estamos realmente preocupados agora.”

O custo dos serviços sai por uns US\$10 mil por cliente sem-teto por ano. Um conjugado em Denver custa em média US\$376 mensais, ou pouco mais de US\$4.500 por ano, o que significa que você consegue abrigar e cuidar de um sem-teto crônico por no

máximo US\$15 mil, ou cerca de um terço do que ele custaria nas ruas. A ideia é que, depois que a pessoa se estabilizar, ela consiga encontrar um emprego e arcar com uma parcela de seu aluguel, o que traria o custo anual do programa para mais perto de US\$6 mil. Até agora, 75 residências de apoio já foram acrescentadas, e o plano da cidade para os sem-teto prevê outras 800 nos próximos 10 anos.

Claro que a realidade não é tão certinha assim. A ideia de que os sem-teto mais doentes e problemáticos possam ser estabilizados e acabar obtendo um emprego não passa de uma esperança. Alguns deles claramente não conseguirão chegar lá: afinal, esses são os casos difíceis. “Temos um homem com menos de 30 anos”, disse Rachel. “Ele já sofre de cirrose. Certa vez seu nível de álcool no sangue chegou a 0,49, o suficiente para matar a maioria das pessoas. No primeiro apartamento que demos, ele chamou todos os amigos e eles fizeram uma zorra, destruíram o lugar e quebraram uma janela. Depois demos a ele outro apartamento e a coisa se repetiu.”

Rachel contou que o homem estava sóbrio havia vários meses. Mas podia ter uma recaída a qualquer momento e, quem sabe, arrebentar outro apartamento, e precisariam descobrir o que fazer com ele em seguida. Ela acabara de participar de uma teleconferência com algumas pessoas de Nova York que administram um programa parecido, e eles discutiram se dar aos clientes tantas chances os encoraja a agir de forma irresponsável. Para algumas pessoas, é provável que sim. Mas qual seria a alternativa? Se aquele homem jovem fosse posto de volta nas ruas, custaria ao sistema ainda mais dinheiro. A filosofia vigente da assistência social defende que a ajuda do governo deve ser temporária e condicional, para não criar dependência. Mas alguém que chega a 0,49 no teste do bafômetro e tem cirrose aos 27 anos não reage aos incentivos e sanções como uma pessoa normal. “Os mais

complicados são aqueles que estão há tanto tempo sem moradia que voltar às ruas não os amedronta”, afirmou Rachel. “Quando chega o verão, eles dizem: ‘Não preciso seguir suas regras.’” Uma política dos sem-teto regida pela lei de potência deve fazer o contrário da política social regida pela distribuição normal. Ela *deveria* criar dependência: você quer que as pessoas que estão fora do sistema venham para dentro e reconstruam suas vidas sob a supervisão daqueles 10 assistentes sociais no porão da YMCA.

Eis o aspecto mais desconcertante na política dos sem-teto que segue a lei da potência. Da perspectiva econômica, a abordagem faz todo o sentido. Mas, da perspectiva moral, não parece justa. Milhares de pessoas na região de Denver sobrevivem com recursos limitados, trabalham em dois ou três empregos e mereceriam uma mãozinha – mas ninguém lhes oferece a chave de um apartamento novo, que é o que aquele sujeito que berra obscenidades e ingere antisséptico recebe. Quando o prazo da ajuda a uma mãe solteira se esgota, ela deixa de receber o benefício. Mas quando o homem sem-teto destrói seu apartamento, ganha outro. Os benefícios sociais deveriam ter algum tipo de justificativa moral. Nós os concedemos às viúvas, aos veteranos de guerra inválidos, às mães pobres com filhos pequenos. Dar um apartamento ao sujeito sem-teto caído na calçada segue uma lógica diferente. É uma questão de eficiência.

Também acreditamos que a distribuição de benefícios sociais não deveria ser arbitrária. Não os oferecemos apenas a algumas mães pobres ou a um grupo aleatório de veteranos de guerra inválidos. Oferecemos a todos que atendam a um critério formal, e a credibilidade moral da assistência governamental deriva, em parte, dessa universalidade. Mas o programa dos sem-teto de Denver não ajuda todos os desabrigados crônicos. Existe uma lista de espera de 600 pessoas. Levará anos até que toda essa gente receba apartamentos, e alguns talvez nunca venham a receber.

Não há dinheiro suficiente, e tentar ajudar todos um pouquinho – seguindo o princípio da universalidade – não é tão economicamente eficaz quanto ajudar muito umas poucas pessoas. Ser justo, neste caso, significa fornecer abrigos e restaurantes públicos, e isso não soluciona o problema dos sem-teto. Nossas intuições morais regulares não ajudam muito quando se trata de uns poucos casos difíceis. Os problemas regidos pela lei de potência nos deixam diante de uma escolha desagradável. Podemos ser fiéis aos nossos princípios ou podemos resolver o problema. Não dá para fazer as duas coisas.

4.

Alguns quilômetros a noroeste da velha YMCA no centro de Denver, no Speer Boulevard, na saída da interestadual 25, existe um grande letreiro eletrônico à beira da estrada, ligado a um dispositivo que mede as emissões dos veículos que passam por lá. Quando passa um carro com o motor bem regulado, o letreiro luminoso indica: “Bom.” Quando passa um carro com emissões acima dos limites aceitáveis, o letreiro indica: “Ruim.” Se você se postar na saída do Speer Boulevard e observar o letreiro por algum tempo, descobrirá que praticamente todos os carros têm resultado “Bom”. Até que, após uns 20 minutos, um velho e malconservado Ford Escort ou um Porsche turbinado passa por lá e o letreiro acusa: “Ruim.” O quadro do problema da fumaça que você obtém observando o letreiro do Speer Boulevard e o quadro do problema dos sem-teto que você obtém ouvindo as reuniões matutinas do pessoal da YMCA são mais ou menos os mesmos. As emissões veiculares seguem uma distribuição pela lei de potência, e a poluição do ar é mais um exemplo da dificuldade que é lidar com problemas que exigem mais atenção para uns poucos casos difíceis.

A maioria dos carros, sobretudo os novos, quase não polui. Uma Subaru 2004 em boas condições de funcionamento possui um vapor de exaustão com apenas 0,06% de monóxido de carbono, o que é desprezível. Mas em quase toda rodovia, por diferentes razões – idade, má conservação, intervenção deliberada do proprietário –, um pequeno número de carros possui níveis de monóxido de carbono acima de 10%, o que é quase 200 vezes mais. Nas estradas de Denver, 5% dos veículos produzem 55% da poluição veicular.

“Digamos que um carro tenha 15 anos”, diz Donald Stedman. Stedman é químico e especialista em emissões veiculares da Universidade de Denver. Seu laboratório instalou o letreiro no Speer Boulevard. “É óbvio que, quanto mais velho um carro, maiores as chances de dar defeito. Os seres humanos também são assim. E *dar defeito* significa aqui uma série de problemas mecânicos – o computador de bordo não funciona, a injeção de combustível está desregulada, o catalisador pifou. Não é incomum que esses defeitos aumentem as emissões tóxicas. Temos pelo menos um carro no nosso banco de dados que estava emitindo 44 gramas de hidrocarboneto por quilômetro, o que significa que você quase poderia dirigir um Honda Civic usando como combustível os vapores de exaustão daquele carro. O problema não é só com carros velhos. Ocorre também com carros novos com alta quilometragem, como táxis. Uma das medidas de controle mais bem-sucedidas e menos divulgadas foi a de um promotor público de Los Angeles na década de 1990. Ele foi ao Aeroporto Internacional de Los Angeles e descobriu que todos os táxis eram fortes poluidores. Um daqueles táxis emitia por ano, em poluição, mais do que seu próprio peso.”

Do ponto de vista de Stedman, o sistema atual de controle de fumaça faz pouco sentido. Um milhão de motoristas de Denver têm de ir a um centro de emissões uma vez por ano – afastar-se do trabalho, esperar numa fila, pagar US\$15 ou US\$25 – para uma

vistoria que é desnecessária para mais de 90%. “Nem todas as mulheres fazem exame de câncer de mama”, diz Stedman. “Nem todas as pessoas fazem o teste da aids.” Além disso, vistorias periódicas de emissão de fumaça são ineficientes em descobrir e corrigir os poucos transgressores. Sabe-se que os donos de carros esporte ultrapotentes e muito poluentes colocam um motor não poluente em seus carros no dia do teste. Outros emplacam seus carros numa cidade remota sem testes de emissões ou chegam ao local do teste depois de dirigirem muito tempo por uma estrada, o que é um bom macete para disfarçar um motor poluente. Outros aleatoriamente passam no teste quando não deveriam, porque os motores poluentes são bastante variáveis e às vezes deixam de poluir por um curto período. Existem poucos sinais, segundo Stedman, de que o sistema de inspeções faça alguma diferença em termos de qualidade do ar.

Ele propõe a substituição desse sistema por testes móveis. No início da década de 1980, inventou um dispositivo do tamanho de uma mala que usa luz infravermelha para medir instantaneamente e depois analisar as emissões de carros ao passarem por rodovias. O letreiro do Speer Boulevard está ligado a um dos dispositivos de Stedman. Ele diz que as cidades deveriam instalar cerca de meia dúzia desses dispositivos em furgões, estacioná-los nas saídas das rodovias ao redor da cidade e fazer com que um carro de polícia aborde quem não passar no teste. Meia dúzia de furgões testariam 30 mil carros por dia. Pelos mesmos US\$25 milhões que os motoristas de Denver gastam agora nas vistorias, estima Stedman, a cidade poderia identificar e reparar 25 mil veículos realmente poluidores a cada ano, e em poucos anos reduzir entre 35% e 40% as emissões veiculares da área metropolitana. A cidade poderia parar de gerenciar seu problema de fumaça e começar a solucioná-lo.

Por que não adotamos o método de Stedman? Não existe impedimento moral aqui. Nos Estados Unidos estamos acos-

tumados a ser parados pela polícia por causa de uma lanterna queimada ou um retrovisor quebrado, e não seria difícil acrescentar dispositivos de controle da poluição à lista. No entanto esse método contraria nossa tendência instintiva de achar que a poluição é um problema para o qual todos contribuem da mesma forma. Desenvolvemos instituições que atacam os problemas coletivos de forma rápida, poderosa e tranquilizadora. O Congresso aprova uma lei. A Agência de Proteção Ambiental promulga um regulamento. A indústria automobilística produz carros um pouco menos poluentes e imediatamente a qualidade do ar melhora. Mas Stedman não está preocupado com o que acontece em Washington e Detroit. O desafio de controlar a poluição do ar envolve menos as leis do que o seu cumprimento. É um problema de policiamento, mais do que um problema de política, e existe algo um tanto insatisfatório na solução que ele propõe. Ele quer acabar com a poluição do ar em Denver com meia dúzia de furgões equipados com uma engenhoca mais ou menos do tamanho de uma mala. Um problema tão grande pode ter uma solução tão trivial?

Foi isso que tornou as descobertas da Comissão Christopher tão insatisfatórias. Nós reunimos grupos de especialistas quando nos defrontamos com problemas que parecem grandes demais para os mecanismos normais de reparo burocrático. Queremos reformas de grande alcance. Mas qual foi a observação mais memorável da comissão? Foi a história de um policial que, apesar de seu histórico conhecido de fazer coisas como espancar suspeitos algemados, recebeu uma avaliação de desempenho do seu superior afirmando que ele “costuma se comportar de uma maneira que inspira o respeito pela lei e incute confiança pública”. Isso é o que você diz sobre um policial quando não leu a sua ficha, e a implicação do relatório da Comissão Christopher foi que a LAPD poderia ajudar a resolver seu problema apenas fazendo

com que os comandantes lessem as fichas de seus policiais. O problema do departamento não era uma questão de cumprimento. Ele precisava seguir as regras que já existiam, e isso não é o que um público ávido por transformações institucionais quer ouvir. Solucionar problemas cuja distribuição segue a lei de potência não apenas viola nossas intuições morais; viola nossas intuições políticas também. Fica fácil concluir que a razão por que tratamos por tanto tempo os sem-teto como um grupo indiferenciado e incorrigível não foi a simples falta de informações. Foi porque não queríamos saber a verdade. Era mais fácil assim.

As soluções da lei de potência não têm muito apelo para a direita, porque envolvem tratamento especial para pessoas que não merecem tratamento especial. E têm pouco apelo para a esquerda, porque sua ênfase na eficiência, em detrimento da justiça, sugere a fria matemática da análise de custo e benefício da Escola Econômica de Chicago. Mesmo as promessas de milhões de dólares de economia, de um ar mais puro ou de uma polícia melhor não conseguem compensar totalmente esse mal-estar. Em Denver, John Hickenlooper, o popularíssimo prefeito da cidade, vem se dedicando ao problema dos sem-teto nos últimos anos de forma incansável. Em seu discurso anual para a cidade, ele dedicou mais tempo ao problema do que a qualquer outro. Proferiu-o, com um simbolismo deliberado, no Parque Civic Center no centro, onde o pessoal sem-teto se reúne todo dia com seus carrinhos de compras e sacos de lixo. Ele participou de programas locais de rádio em várias ocasiões para discutir o que a cidade vem fazendo de modo a resolver o problema. Encomendou estudos para mostrar o tombo que a população de sem-teto passou a representar nos recursos da cidade. Mas, diz ele, “ainda existem pessoas que me pararam no supermercado e dizem: ‘Não posso acreditar que você vai ajudar esse pessoal sem-teto, esses vagabundos.’”

5.

Alguns anos atrás, Marla Johns recebeu uma ligação do marido, Steve, de madrugada. Ele estava no trabalho. “Ele ligou e me acordou”, recorda Marla. “Estava emocionado, chorando ao telefone. Pensei que alguma coisa tivesse acontecido com um colega. Perguntei: ‘Meu Deus, o que aconteceu?’ Ele respondeu: ‘Murray morreu ontem à noite.’” Morreu de sangramento intestinal. No departamento de polícia naquela manhã, alguns policiais fizeram um minuto de silêncio em homenagem a Murray.

“É difícil passar um dia sem que eu pense nele”, prosseguiu ela. “No Natal eu costumava lhe comprar um presente. Procurava saber se ele tinha luvas quentes, um cobertor e um casaco. Uma vez outro paciente bêbado saltou da maca e veio em minha direção, e Murray saltou da sua maca, exibiu o punho e disse: ‘Não toque no meu anjo.’ Quando monitorado pelo sistema, ele era ótimo. Ficava em prisão domiciliar, arranjava um emprego, juntava dinheiro e ia trabalhar diariamente, e ainda por cima não bebia. Fazia tudo como manda o figurino. Algumas pessoas conseguem ser membros muito bem-sucedidos da sociedade quando são monitoradas. Murray precisava que alguém fosse responsável por ele.”

Mas é claro que a cidade de Reno não dispunha de um lugar onde Murray pudesse receber a estrutura de que necessitava. Alguém deve ter decidido que custava caro demais.

“Eu disse ao meu marido que iria reclamar o corpo se ninguém mais fosse”, contou ela. “Eu não deixaria que fosse enterrado como indigente.”

13 de fevereiro de 2006